

O PÃO NOSSO DE CADA DIA: o Estado se ajusta e a fome desafia

Cobra Preta dos Santos Galvão¹
 Nilmar Francisco da Silva Santos²
 Sabrina Silva Zacaron³

RESUMO

O artigo analisa o Estado enquanto agente imprescindível para a consolidação do capitalismo brasileiro. Relaciona acirramento da crise na esteira ajuste com a (des)proteção social e o gerenciamento estatal da pobreza através dos Programas de Transferência de Renda Condicionada em tempos de insegurança alimentar e fome. A metodologia utilizada é de caráter exploratório, por meio de revisão bibliográfica, tendo a Teoria Social Crítica como horizonte das análises. Tal método contribui para as sínteses mediatizadas pelo movimento e contradição da realidade concreta, oportunizando sucessivas aproximações ao objeto de estudo visando sua apreensão. Os dados apresentam a fome enquanto resultado de um país ajustado, onde a questão social se complexifica, impondo limites às condições das classes que sobrevivem do trabalho e denunciam que a confluência de crises delineia um Estado ajustador funcional para consolidação de políticas sociais que sustentam a manutenção da ordem burguesa.

Palavras-chave: Estado ajustador. (Des)proteção social. Fome.

ABSTRACT

The article analyzes the State as an essential agent for the consolidation of Brazilian capitalism. It relates the worsening of the crisis in the wake of adjustment with social (lack of) protection and state management of poverty through Conditional Income Transfer Programs in times of food insecurity and hunger. The methodology used is of an exploratory nature, through a bibliographical review, having the Critical Social Theory as the horizon of the analyses. This method contributes to the syntheses mediated by the movement and contradiction of concrete reality, providing opportunities for successive approximations to the object of study aiming at its apprehension. The data present hunger as a result of an adjusted country, where the social question becomes more complex, imposing limits to the conditions of the classes that survive from work and

¹ Assistente Social da Prefeitura Municipal de Aracati-CE; Mestra em Serviço Social; cobrapreta.artes@gmail.com

² Assistente Social da Prefeitura Municipal de Natal-RN; Docente da Universidade Potiguar; Doutorando em Serviço Social do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS/UFRN); nilmar.liberdade@gmail.com

³ Assistente Social da Maternidade Escola Januário Cicco; Docente da UFRN; Doutoranda em Serviço Social do PPGSS/UFRN; e-mail: sabrina.zacaron.039@ufm.edu.br

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

denouncing that the confluence of crises delineates a functional adjuster State for the consolidation of social policies that sustain the maintenance of the bourgeois order.

Keywords: Adjuster state. Social (dis)protection. Hunger.

1 INTRODUÇÃO

Os processos de dominação, exploração e alienação inerentes ao sistema capitalista, delineiam a (des)proteção social através de políticas sociais operadas na esteira do ajuste fiscal, sendo estas políticas as principais formas de materialização do protagonismo e reordenamento do Estado nessa esteira, com ações mínimas para a esfera social e máxima para o capital, repercutindo na insegurança alimentar e na fome como consequência societária desse processo. Nesse sentido, o Estado atua como aliado das burguesias para atender as demandas de (re)produção do capitalismo em detrimento das demandas de reprodução social das classes que vivem do trabalho.

Com o intento de apontar a insegurança alimentar e a fome como resultado do Estado que se ajusta para atender às necessidades de consolidação do capitalismo brasileiro pela via dos Programas de Transferência de Renda Condicionada, opta-se pelo método materialista histórico dialético, por entender que esse método possibilita a interpretação da realidade a partir da apreensão de suas contradições e mediações inseridas no contexto histórico, e, portanto, com uma maior riqueza de dados/aspectos passíveis de análise.

Nesse diapasão, o artigo estrutura-se para além desta introdução, em duas seções, a saber: uma sobre a (des)proteção social na esteira do ajuste; outra sobre a fome como resultado de um Brasil ajustado. Finaliza-se com a conclusão.

2 (DES)PROTEÇÃO SOCIAL NA ESTEIRA DO AJUSTE

Entende-se que a política social é uma política de ação, que intervém em uma determinada realidade, visando atender as necessidades sociais e compondo o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



que se entende por proteção social. Temos então, por política social, um tipo de política pública que executa ações direcionadas à garantia das necessidades humanas básicas tais como saúde, alimentação, moradia, segurança, etc (PEREIRA, 2008). Entretanto, no tocante às especificidades nacionais:

as políticas de Seguridade Social são constituídas por ações compensatórias para aqueles impossibilitados de prover o seu sustento por meio do trabalho, de cobertura de riscos do trabalho nos casos de doenças, acidentes, invalidez e desemprego temporário e manutenção da renda do trabalho, seja por aposentadoria, morte ou suspensão temporária da atividade laboral (MOTA, 2008, p. 181).

No contexto da década de 1980, o Brasil vivenciou as consequências da ditadura militar dos anos anteriores, especialmente as de caráter social, refletindo no aumento da desigualdade social, bem como a recessão econômica, aumento da inflação e estagnação do mercado, desemprego estrutural e fome que também se repercutiam na qualidade de vida da população. Portanto, um cenário de grave crise política, social e econômica, seja em face da ditadura ou da política econômica desastrosa repleta de ajustes fiscais e estagnação do aparelho estatal, o que impossibilitou – por opção política da classe dominante e dirigente – sua intervenção em questões de cunho social voltadas aos interesses dos/as trabalhadores/as.

Em contraponto, vimos uma efervescência dos movimentos sociais populares, em defesa da vida com liberdade, na busca pela cidadania e na consolidação dos direitos sociais.

Esse movimento operário e popular novo era um ingrediente político decisivo da história recente do país, que ultrapassou o controle das elites. Sua presença e ação interferiram na agenda política ao longo dos anos de 1980, e pautaram alguns eixos na constituinte; reafirmação das liberdades democráticas; impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais; Reafirmação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição às ingerências do FMI; direitos trabalhistas e reforma agrária. (BEHRING, BOSCHETTI, 2019, p.141.)

Essa conjuntura exigia mudanças e respostas do Estado e das políticas sociais frente às demandas postas, que colocaram na ordem do dia o resgate da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



dívida social, demandando a ampliação dos direitos sociais e da cidadania, o que culminou na aprovação da Constituição Federal de 1988 que instituiu a Seguridade Social Brasileira, sendo composta pelas políticas de Previdência Social, Assistência Social e Saúde como direitos do cidadão e dever do Estado.

Contudo, não encontramos no Estado o espaço necessário para operar o projeto das classes trabalhadoras. Tal acirramento se repete no terreno da disputa pela efetivação da Seguridade Social, da proteção social, porque geridas pelo capital e orientada para atender as demandas do mercado – e não do desenvolvimento e avanço da cidadania – recai numa necessidade de expansão do capital a impulsionar mudanças, em particular, na atuação do Estado (SCREMIN e MARTINS, 2005), considerando aqui sua responsabilidade em minimamente garantir as condições de reprodução social das classes que sobrevivem do trabalho ainda que limitadas à sociabilidade burguesa. Ressalta-se que:

[...] em oposição ao 'pacto social' que deu lugar à Constituição Federal de 88, consolidou-se, nos anos 1990, um amplo consenso liberal (filiado ao Consenso de Washington) favorável à implementação do programa de estabilização, ajuste e reformas institucionais, apoiado e promovido pelos governos nacionais e pelas agências financeiras internacionais: programa de privatizações; redução de tarifas alfandegárias para importação liberalização dos preços; redução de isenções fiscais, subsídios e linhas de crédito, corte dos gastos públicos (DURIGUETTO, 2007, p.171-172).

Importa dizer, ainda, que entendemos ser o Estado o responsável por mediar os conflitos de classes e garantir acesso aos direitos sociais. Percebemos, então, o movimento de ajuste por parte do Estado para atender aos interesses das burguesias – sobremaneira aquelas que se apropriam da riqueza socialmente produzida em terras brasileiras. Assim, na particularidade brasileira temos um Estado que

[...] ajusta e se ajusta às exigências de expansão do capital - a conviver com a institucionalização do Estado Democrático, nos marcos de uma democracia formal, institucional, restrita, subordinada à lógica de expansão do capital, em meio às tensões de Movimentos Sociais, em luta pela ampliação democrática (CARVALHO e GUERRA, 2014, p. 10).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Logo, pressionado pelo capital na sua constituição compósita das classes dominantes nacionais e articuladas com o capital internacional numa subserviência que – por vezes – extrapola a mera dependência econômica, o Estado, a despeito das medidas ajustadoras, permanece atuando em benefício da acumulação capitalista ainda que apresente traços de um compromisso com as camadas mais pauperizadas da classe trabalhadora – conforme fora vivenciado nas primeiras décadas do século XXI. Ademais, com o discurso de crescimento com inclusão, romantizando o aprisionamento do fundo público em benefício da dívida pública e enriquecimento dos credores brasileiros e das burguesias imperialistas internacionais e nacional com nocivos desdobramentos para as diversas áreas sociais afetadas com tal estratégia.

Essa conjuntura denota o Estado brasileiro, conseqüentemente os governos dessa época, assumindo políticas ortodoxas do neoliberalismo, comuns nos países cênicos do mundo capitalista, combinadas ao modelo de acumulação rentista - baseada em altos índices de juros a fim de tornar o País um atrativo aos capitais especulativos, transformando-se numa “plataforma emergente para valorização financeira” (CARVALHO e GUERRA, 2014), num jogo político imbuído de correlações de força entre as demandas da classe trabalhadora nacional e as demandas do circuito do capitalismo globalmente financeirizado, configurando/aprofundando a contrarreforma no âmbito do Estado e das lutas de classe (BOSCHETTI, 2019).

Nesse caso, o Estado é impelido a intervir na economia como válvula de escape do sistema capitalista em crise, por meio um conjunto de políticas de ajuste “fiscal-econômico de apoio direto ao processo de acumulação de capital e com políticas sociais compensatórias de ajuda para os excluídos do mercado” (TEIXEIRA, 1996, p. 212). Ou seja, de forma ainda mais perversa, com o aprisionamento ao modelo de gestão baseado no gerencialismo no campo das políticas sociais – sobremaneira com a adoção de processos de trabalho

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

profundamente ajustado à burocracia autocrática e a racionalidade formal-abstrata que condiciona a operacionalização desse processo.

Ora, se o apoio do Estado acontece direta e objetivamente em tempos de crise do capital, com injeções de capital e mecanismos de regulação da economia, na mesma proporção se apresenta a necessidade de intervenção para sanar os problemas sociais oriundos da sociabilidade dominante, a requisitar ação desse Estado. Entretanto, a história vem mostrando que “o comitê executivo dos negócios em comum da burguesia”, está mais preocupado em manter as taxas de lucro e de rentabilidade das classes dominantes, bem como a conservação de seu poder, do que em responder às contradições geradas pelo próprio desenvolvimento do sistema capitalista.

Acontece, então, um reordenamento do Estado falseando sua atuação enquanto “promotor” das políticas públicas e direitos sociais, transferindo parte dessa responsabilidade para a sociedade civil – na verdade para os sujeitos, em particular, como se fosse uma responsabilidade individual. E mais, predomina, nessa perspectiva, a mercantilização, privatização e filantropização dos serviços sociais. É a configuração de um Estado ajustador em constante contrarreforma ante ao Estado Democrático de Direito. (BEHRING, 2003). Ainda conforme a autora, a fórmula neoliberal para sair da crise pode ser resumida em algumas proposições básicas, sendo elas:

- 1)um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda;
- 2)um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas;
- 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema;
- 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego, ou seja, a recomposição do exército de reserva que permita pressões sobre os salários e os direitos, tendo em vista a elevação das taxas de mais-valia e de lucro;
- 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos;
- 6) e o desmonte dos direitos sociais, implicando quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior. (BEHRING, 2009, p.10).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A exemplo, a turbulenta e paradoxal conjuntura brasileira de “Pós-Golpe Jurídico-parlamentar-midiático”, dados os impactos das fortes guinadas à direita no que tange às políticas econômicas, vai dando forma a esse processo com a continuidade das medidas ajustadoras, tendo como emblemáticas: a aprovação da chamada PEC da Morte, Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu o teto de gastos da União e da Seguridade Social com efeitos deletérios no orçamento da educação e da saúde; a Lei das Terceirizações que permite a terceirização ilimitada, irrestrita, desregulamentada; a Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro (EC 103/2019) que altera o sistema de Previdência Social e tem suposto objetivo de reduzir o déficit nas contas da Previdência; E ainda a proposta de Reforma Administrativa PEC 32/2020, que propõe a alteração de dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dando seguimento à ofensiva do capital sobre o trabalho na crise brasileira.

Nesse ínterim, o Estado segue se ajustando e deixa de representar os interesses de todos para funcionar ora como protagonista para a economia desigual e perversa, ora como instrumento de controle e manobra das massas que sobrevivem da venda de sua força de trabalho. Diante deste contexto, o campo das políticas sociais se configura de forma focalizada, paliativa e paternalista.

Nesses termos, aponta Fontes (2010), o Estado assume papel fundamental na disseminação da pedagogia da hegemonia; tendo assim responsabilidade de garantir altos teores de expropriações por meio de privatizações, de desmembramento de políticas públicas em múltiplos setores privados para oferta de serviços via privatização, terceirização e filantropização – havendo uma distribuição da extração de mais-valor – promovendo, conseqüentemente, o desgaste das parcas conquistas de cunho universalizante passível de servir como mediação para emancipação política.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Como resultado, entende-se que as configurações das relações sociais capitalistas de produção têm conformado, na particularidade brasileira, o encarecimento do custo de vida, a agudização da pobreza, a desproteção social em face do desemprego estrutural, a derrelição do trabalho e do trabalhador/a, a insegurança alimentar e a fome.

3 A FOME COMO RESULTADO DE UM BRASIL AJUSTADO

A partir de 2021, verifica-se que a inflação atingiu os maiores patamares em duas décadas, bem como na elevação significativa dos juros desde 2017, os quais foram intensificados pelo cenário pandêmico. Os dados apontam que no ano de 2021 a cesta básica custa quase 50% mais que em 2020. Nesse sentido, o brasileiro está mais pobre porque a renda das famílias não está acompanhando esse aumento. Nota-se que o salário mínimo subiu menos que a inflação. Ademais, muitos produtos estão subindo bem mais que os índices de preços. Assim, ainda que o salário acompanhasse a inflação, seria insuficiente para repor o poder de compra. Além disso, a renda média da população caiu 4,2% desde março de 2020¹.

Esses fatores, bem como os impactos das crises sanitárias e socioeconômicas, resultaram no aumento significativo da busca por atendimento e inserção nos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) previstos no âmbito do governo federal, aumento que também se dá no campo qualitativo dado os processos de violação de direitos. Com a diminuição ou ausência de renda desses indivíduos, em conjunto com o crescimento do desemprego estrutural e da insegurança alimentar fez com que esses sujeitos procurassem os serviços de cadastramento nos Programas Sociais do Governo Federal em vista de sua vulnerabilidade socioeconômica que os colocam como inseridos no critério de renda, estabelecido nos Programas de Transferência de Renda Condicionada, em virtude de que estes indivíduos sofrem os efeitos do empobrecimento e da fome.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nesse sentido, passamos a dialogar sobre a precarização do trabalho e os indicadores sociais da insegurança alimentar.

Como resultante da (des)proteção social na esteira do capitalismo financeirizado, o Brasil acumula 9,4 milhões de desempregados, 3,9 milhões de desalentados – conforme dados do IBGE², e pouco mais de 21 milhões de famílias beneficiadas do novo Programa Bolsa Família (PBF) em maio de 2023. Desse total, 17,3 milhões têm uma mulher como responsável familiar³. Em tempos de agudização da barbárie, esses números acompanham o processo de precarização, informalidade e terceirização do trabalho, sendo essa “trípode cruel” (ANTUNES, 2018) pilares que sustentam, também, o esvaziamento do conteúdo social do trabalho (DRUCK, 2011) e aprofunda a subsunção formal e real do trabalho ao capital.

Quando confrontada com os dados da insegurança alimentar, essa realidade se mostra ainda mais cruel. O segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia 4, publicado em meados de 2022 dão conta de atestar 33,1 milhões de brasileiros/as convivendo com a fome. As famílias brasileiras se veem aprisionadas a uma realidade desalentadora e constitutiva da barbárie própria do “capitalismo pandêmico e antissocial” (ANTUNES, 2020), da ausência de futuridade (ALVES, 2012). Esse cenário impõe como alternativas o trabalho socialmente precarizado ou submeter-se ao gerenciamento da pobreza orquestrado pelo Estado via Transferência de Renda Condicionada (GALVÃO e SANTOS, 2015). Conforme apontamentos realizados por Mandel (1990, p. 231) a crise contemporânea atua:

[...] aumentando o desemprego e o medo do desemprego, a crise tende a fazer com que os trabalhadores aceitem as reduções (ou estagnações) dos salários reais, a aceleração dos ritmos de produção, as perdas de conquistas em matéria de condições de trabalho e de seguridade social, a redução das proteções constituídas na fase de prosperidade contra a pobreza e a injustiça mais flagrantes.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Desse modo, a vida da classe trabalhadora é dominada pelo medo e a aflição, os quais são impostos pela classe dominante cotidianamente, o que se torna um poderoso aliado do conformismo, tendo em vista que enfraquece os processos coletivos, a indignação e organização das lutas sociais da classe que vive do trabalho.

São insuficientes as iniciativas por parte do Estado em enfrentar o problema da fome e da pobreza do ponto de vista da cidadania ou da dignidade humana e as medidas aparecem mais como uma forma de controlar parcela significativa daqueles que se encontram em situação humilhante de empobrecimento. Observa-se, na contradição dessa realidade, o potencial político que um PTRC atinge dentro de um país que conta com 58,7% da população em situação de insegurança alimentar e que não dispõe condições financeiras suficientes para comprar comida, como vimos ocorrer com o Programa Auxílio Brasil no ano de 2022.

Salientamos, ainda, que **a fome tem cor/raça-etnia**, pois em 53,2% dos domicílios onde se tem segurança alimentar, a pessoa de referência se autodeclara branca, por outro lado quando vemos os dados dos lares que convivem com algum grau de insegurança alimentar 65% são chefiados por pessoas negras. **A fome tem gênero**, e em lares chefiados por mulheres, o salto foi de 11,2 para 19,3% se comparado aos lares chefiados por homens que foi de 7,0 para 11,9% se comparado ao ano passado. Esse dado se relaciona, conforme o Inquérito, com a disparidade salarial entre os gêneros. **A fome atinge quem tem menos acesso à educação**. Em 2020, os lares chefiados por pessoas que frequentaram 4 ou menos anos de estudo era de 14,9%. Em 2022 esse número chega a 22,3%. E nos lares em que os/as chefes possuem 8 ou mais anos de estudo a segurança alimentar chega a 50,6%. **A fome constrange!**

De todas as famílias entrevistadas pela pesquisa, 8,2% relataram sensação de vergonha, tristeza ou constrangimento pelo uso de meios que ferem a dignidade para conseguir colocar comida na mesa. Isso corresponde a 15,9 milhões de pessoas no Brasil, que foram obrigadas a usar de meios social e humanamente inaceitáveis, para obtenção de alimentos. Nessa faixa, 24,3% convivem com as manifestações mais severas de insegurança alimentar (moderada ou grave). (Rede PESSAN, 2022).⁵

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Ademais, esse movimento se dispersa de forma desigual no território nacional, haja vista o grau de acometimento nas regiões Norte e Nordeste que despontam como as mais atingidas sendo 71,6% e 68%, respectivamente. No Nordeste, a fome faz parte do dia a dia de 21% das famílias entrevistadas, o que supera a média nacional que é de 15% e suas agruras carecem de atendimento, acolhida atenção e enfrentamento urgente.

É da fome, do aumento da violência doméstica e familiar, do encarecimento do custo de vida, do aviltamento do trabalho e da humilhação dos/as trabalhadores/as que falamos quando confrontamos esse cenário com os processos de trabalho a serem operados num cotidiano adverso e cheio de armadilhas.

Não podemos olvidar que os indivíduos e suas famílias ao enfrentar as expressões da Questão Social na sua forma mais antissocial, contam com a Política de Assistência Social como via de acesso aos mínimos sociais, melhor dizendo, possibilidade de sobreviver. Aludimos a Política de Assistência Social, haja vista a operacionalização dos PTRC que ocorrem no âmbito dos Serviços e equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Juntamente, quando nos deparamos no front com as desgastadas condições de trabalho, a precarização dos serviços, projetos, programas e benefícios, com a agudização da pobreza e miséria extrema, a barbarização da vida e a assistencialização da pobreza, reconhecemos atual a estratégia de gerenciamento orquestrado da pobreza (GALVÃO e SANTOS, 2015) ao refletir sobre o Programa Bolsa Família como principal PTRC a atender aos ditames e interesses do mercado capitalista financeirizado.

Nessa seara, o SUAS acumula programas, projetos, serviços e benefícios historicamente precarizados, operacionalizados por profissionais com vínculos trabalhistas inconsistentes, instáveis, desprotegidos, constituindo grande desafio aos trabalhadores/as sociais no tempo presente. Por isso a conjuntura atual, ameaçadora que está, nos aponta a tendência de descontinuidade nas entregas dessa Política nos territórios, em função dos cortes orçamentários e financeiros que provocam o desfinanciamento (CONGEMAS e FONSEAS, 2022)⁶; a desorganização

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



do sistema de proteção social que para além das deficiências estruturais, soma-se a ausência de recursos humanos, aporte de recursos orçamentários e priorização do atendimento das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade (idem)⁷; o não reconhecimento da Assistência Social como uma necessidade do povo brasileiro; o caráter ideopolítico conservador e reacionário que atravessou a condução administrativa do governo anterior, gerando entregas precárias e incertas por meio do desmonte da Seguridade Social e sobretudo corroborando com a ampliação das desproteções sociais, revelando um Estado ausente e inimigo das classes que sobrevivem do trabalho.

Portanto, somados os processos de precarização do trabalho, desemprego estrutural generalizado e subalternização das classes que sobrevivem do trabalho ao modelo de desenvolvimento, dominação e exploração do capitalismo na atualidade, nos deparamos com um cenário que remonta à década de 1990 em termos de pauperização generalizada, com processos agora mediados pelo avanço e desenvolvimento das forças produtivas na era das finanças, o que impacta significativamente na vida social, nas formas de proteção social engendradas pelo Estado enquanto gerente “dos negócios em comum da burguesia”. É inegável que “há velhos e novos desafios. Saber combiná-los e tirar as conclusões e consequências exige muita sabedoria e reflexão” (DRUCK, 2011, p. 55). De certo que os apontamentos até aqui apresentados não esgotam essa reflexão.

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, colocamos essa discussão como parte do processo de humilhação da parcela da população que vivencia situações de insegurança alimentar, fome e dependência da (des)proteção social estatal dada as configurações do capitalismo brasileiro e as alternativas engendradas pelo Estado.

Fato é, que não cabe nesse sistema toda a população existente e uma estratégia que tem servido ao capital, enquanto sistema socioeconômico, é estabelecer critério/status de cidadania entre aqueles que detêm perfil

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



(condicionalidades) de público-alvo das poucas e insuficientes iniciativas estatais e aqueles que não dispõem.

Em que pese considerar os problemas renitentes de nossa formação sócio-histórica, estes problemas estão associados também àqueles relacionados à moradia, acesso à cidade, saúde, trabalho decente, à fome dentre tantos outros que figuram como expressões da Questão Social em um momento em que o desenvolvimento das forças produtivas são suficientemente capazes de sanar essas mazelas, mas não são de interesse daqueles que insistem em aprofundar os mecanismos de dominação, exploração e humilhação como caminho para o acúmulo e enriquecimento material. Como produto, temos uma nação que convive com o avanço das plataformas de valorização do capital financeiro a produzir bilionários num contexto de profundo agravamento da miserabilidade famélica de mais de 15% da população⁸ do País onde “tudo o que se planta dá”.

Dado que esse movimento possibilita novas formas de extração de mais-valor – quando articulada com a (des)proteção social no âmbito do Estado que se ajusta, e que recai sobre o indivíduo a responsabilização por adaptar-se; resta estabelecido uma “nova e velha” forma de relação social a incidir sobre as condições objetivas e subjetivas, sobremaneira naquela parcela da população desescolarizada, desassistida, desprotegida socialmente, marginalizada e forçadamente inserida no circuito produtivo pela via do consumo mediante o acesso a renda por meio dos PTRC.

Em meio a um cenário de desalento; de agudização da questão social; de incessante ajuste do Estado, no que concerne à garantia de direitos sociais e trabalhistas; de desemprego estrutural; crescimento da informalidade, com permanência das formas precárias de inserção no trabalho; de violência exacerbada; estranhamento do trabalho; fetichismo da mercadoria; de desproteção social. Portanto, a questão social torna-se cada vez mais complexa, impondo limites às condições das classes que sobrevivem do trabalho onde a insegurança alimentar e a fome batem à porta dos/as trabalhadores/as que se vêem aprisionados/as às

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

filas dos cadastros para os PTRC em busca de conseguir o mínimo para sobreviver, enquanto tentam, mesmo sem perspectivas de futuro, criar possibilidades para garantir o pão de cada dia.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão**: novo proletariado de serviços na era digital. 1º Ed. São Paulo: Boitempo, 2018. (cap 9 e 10).

ANTUNES, Ricardo. **Coronavirus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020. ISBN 978-65-5717-0001-4 (recurso eletrônico).

BEHRNG, Elaine R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRNG, Elaine Rosseti. BOSCHETTI, Ivanete. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. **A política de seguridade social no Brasil**. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expropriação e direitos no capitalismo**. Expropriação e reprodução da classe trabalhadora, cap. 04. São Paulo: Cortez, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. **Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. **“Há perigo na esquina”**: auxílio Brasil e propostas de esquerda para direitos e políticas sociais. Esquerda OnLine. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2022/04/27/ha-perigo-na-esquina-auxilio-brasil-e-propostas-da-esquerda-para-direitos-e-politicas-sociais/> Acesso em 15.ago.2022.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. **Brasil contemporâneo: a equação Estado/Sociedade em distintos momentos históricos da vida brasileira (1980-2014)**. Texto apresentado em Seminário do Proyecto PAPIIT, Itália, outubro de 2014.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Cadernos CRH V.24 n° 01. Salvador, 2011.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo, Cortez, 2007.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo.** Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010.

GALVÃO, Felipe dos Santos e SANTOS, Nilmar Francisco da Silva. **Programa Bolsa Família: os conflitos da universalização, focalização e gerenciamento da pobreza.** Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). São Luís: 2015.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da Assistência Social.** São Paulo, Cortez, 2008.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: Os fatos e sua interpretação marxista.** São Paulo: Ensaio, 1990

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas e questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

NOTAS

¹ Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2022/01/11/brasil-registrou-em-2021-a-maior-inflacao-em-seis-anos-1006.htm> Acesso em: 25.ago.2022.

² Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em 17.jun.2023.

³ Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Informes/2023/Informe_Bolsa_Familia_N_8.pdf Acesso em 17.jun.2023.

⁴ Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/> Acesso em 30.ago.2022.

⁵ Disponível em:

<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/> Acesso em 30.ago.2022.

⁶ Disponível em:

<http://congemas.org.br/congemas-e-fonseas-denunciam-reducao-de-recursos-na-assistencia-social-noticias>. Acesso em 14.mai.2022.

⁷ Disponível em:

<https://www.fnp.org.br/noticias/item/2547-congemas-destaca-desfinanciamento-da-assistencia-social-em-reuniao-com-fnp> Acesso em 15.mai.2022.

⁸ Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/06/enquanto-fome-avanca-numero-de-bilionarios-cresce-no-brasil-e-seu-patrimonio-dobra> Acesso em 30.ago.2022.

PROMOÇÃO



APOIO